

GEOGRAFIA: DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA E DA PRÁTICA EDUCATIVA¹

Edson José Miranda Conceição²

ICH/UFPeI

ze.geo@hotmail.com

RESUMO

A Geografia, desde seu processo de sistematização e cientificação, busca compreender a real dimensão de seu objeto de estudo. Diversas correntes de pensamento geográfico, embasadas em teorias filosóficas distintas, desenvolvem dentro desta ciência seu próprio sistema de análise e compreensão do espaço geográfico. Superando a sua complexidade epistemológica, pode-se afirmar que, independentemente da corrente filosófica seguida, o caráter político e social da Geografia, como saber transformador, se faz sempre presente, seja no meio acadêmico ou no âmago das decisões do Estado. Na prática pedagógica, enquanto disciplina obrigatória, a ciência geográfica cumpre seu papel ideológico, para a manutenção ou transformação da sociedade. Dessa forma, este trabalho visa esclarecer de que forma a Geografia pode promover uma intervenção consciente e transformadora dentro da escola. Realiza-se, inicialmente, uma reflexão epistemológica com a identificação do seu caráter político-ideológico latente e posteriormente a identificação de problemas atuais da educação em Geografia, apontando caminhos para a adoção de uma nova práxis.

Palavras-Chave: Geografia. Educação. Epistemologia. Interdisciplinaridade. Prática Educativa.

1. Introdução

A Geografia moderna, científica, nasce no continente europeu, mais precisamente na pré-unificada Alemanha, no século XIX. Porém, o conhecimento geográfico existe desde a Idade Antiga. De acordo com Lacoste (1997) a Geografia está presente desde os tempos de Heródoto, na Grécia, desenvolvendo-se pelo mundo árabe e sendo um saber primordial para a expansão ultramarina europeia, a partir do século XVI.

¹ Artigo apresentado à disciplina de Pós-estágio, orientado pela professora Patrícia Daniela Maciel.

² Acadêmico do curso de Licenciatura Plena em Geografia, da Universidade Federal de Pelotas.

O conhecimento geográfico proporciona o controle sobre os recursos naturais e humanos. Além disso, conforme as colocações de Lacoste (1997), pode-se afirmar que a Geografia possui seu caráter político e ideológico, apresentado no meio acadêmico e no ambiente pedagógico.

A geografia, abordada de uma forma tradicionalmente descritiva e acrítica no ambiente escolar, nega suas implicações políticas, econômicas e sociais. Esta negação gera uma série de problemas, dentre eles a contestação da finalidade da geografia, enquanto disciplina obrigatória do currículo escolar.

Dessa forma, percebe-se como necessária a conscientização dos educadores em geografia, quanto à importância fundamental desta ciência e disciplina para a sociedade como um todo. Este processo perpassa por um resgate epistemológico, culminando com a apresentação de soluções para uma qualificação do processo de ensino-aprendizagem contemporâneo.

Este trabalho, baseado em experiências de estágio de ensino fundamental e médio, propõe uma reflexão epistemológica sobre a ciência geográfica. Dessa forma, pode-se elucidar o conteúdo político-ideológico da Geografia e promover o desenvolvimento de abordagens que permitam a superação das atuais deficiências de ensino desta disciplina.

2. Epistemologia da Geografia

Desde a sistematização da ciência geográfica, que se deu no século XIX, principalmente através dos trabalhos dos naturalistas prussianos Alexander von Humboldt e Karl Ritter, a Geografia conquistou espaço permanente no meio acadêmico. Primeiramente como disciplina e mais tarde como curso específico em algumas universidades, a Geografia ganhou espaço e prestígio.

Desde sua gênese como ciência moderna, a Geografia divide-se em várias correntes filosóficas, com suas distintas abordagens de análise espacial. A problemática epistemológica que discute qual seria o real objeto de estudo da ciência geográfica estende-se até a contemporaneidade, trazendo inclusive o questionamento da importância e cientificidade da Geografia. Moraes afirma:

[...] em termos científicos há uma intensa controvérsia sobre a matéria tratada por esta disciplina. Isto se manifesta na indefinição do objeto desta ciência, ou melhor, nas múltiplas definições que lhe são atribuídas. Alguns autores definem a Geografia como o estudo da superfície terrestre. Esta concepção é a mais usual, e ao mesmo tempo, de maior vaguidade (MORAES, 1993, p. 13).

No mundo atual, altamente globalizado dentro de uma perspectiva econômica e informacional, a Geografia é por muitas vezes questionada quanto a sua real contribuição para a sociedade, seja na pesquisa científica ou na prática pedagógica. Documentários, softwares de última geração e todo acesso informacional possibilitado pela última revolução tecno-científica poderiam substituir o papel dos educadores em Geografia? Basta uma análise mais profunda para obtermos uma resposta negativa a essa questão.

A ciência geográfica fragmenta-se em diversas correntes que coexistem no mundo contemporâneo. A Geografia, considerada tradicional perdurou desde a sistematização, promovida por Ritter e Humboldt, até o período pós Segunda Guerra Mundial. De acordo com Moraes (1993) a Geografia Tradicional fundamenta-se principalmente no positivismo de Augusto Comte, marcada pelo caráter empírico de estudo, de modo que o cientista é um mero observador da realidade absoluta exposta pela natureza.

O movimento de renovação da Geografia se inicia na realidade mundial da década de 1950. A Geografia Tradicional não era mais capaz de responder às necessidades atuais, sendo esta a condição primordial de sua transformação. Moraes (1993) afirma que o mundo não se assentava mais no capitalismo liberal, pois com a crise exacerbada em 1929 era visível a necessidade da atuação do Estado como agente regulador e controlador do mercado, bem como, realizador do planejamento territorial e organizacional do espaço. Contudo, esta renovação da Geografia dá-se apenas num âmbito metodológico, pois os seus compromissos sociais são mantidos. Moraes afirma:

A Geografia Pragmática é uma tentativa de contemporaneizar, em vista dessa nova função, este campo específico do conhecimento, sem romper seu conteúdo de classe. Suas propostas visam apenas uma redefinição das formas de veicular os interesses do capital, daí sua crítica superficial à Geografia Tradicional (MORAES, 1993, p. 101).

Dessa forma, considera-se esta renovação da ciência geográfica de forma conservadora, mantendo a finalidade de servir aos interesses capitalistas. Sob esta

nova roupagem, a Geografia deixa de ser um conhecimento que levanta informações e torna legítima a expansão capitalista e passa a orientar a sua expansão, orientando as estratégias de alocação espacial do capital no mundo.

Uma renovação profunda na Geografia inicia-se com a corrente radical crítica. Os autores da Geografia Crítica inserem uma ampliação da análise geográfica, criticando a postura empirista e positivista da Geografia Tradicional e a manutenção das principais estruturas pela Geografia Pragmática. É correto afirmar que a partir do desenvolvimento desta corrente, a Geografia volta sua análise para o caráter político-ideológico do conteúdo geográfico. Os autores que participam desta renovação realizam diversas denúncias a respeito da falsa neutralidade da ciência geográfica, que era permeada pelo positivismo comteano. De acordo com Moraes (1993), é a partir deste processo de evolução que a Geografia assume uma postura efetiva diante da estrutura social vigente, buscando contribuir para a compreensão e solução da problemática social, deixando para trás a análise empírica da realidade.

3. O Caráter político da Geografia

Precisa-se, primeiramente, compreender que o conteúdo inerente à ciência geográfica não é neutro, fato que ocorre em qualquer ciência contemporânea. Segundo Lacoste (1997), a Geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra. A obra reveladora deste geógrafo francês, que foi um dos principais autores da Geografia Crítica, traz à tona diversas questões de cunho político, econômico e, principalmente, geopolítico. O pesquisador e o educador em Geografia têm a possibilidade de se posicionarem ideologicamente, a favor ou contra a manutenção do *statu quo*.

A Geografia é uma disciplina que, por muitas vezes, é abordada de forma cansativa e obsoleta, na qual não é necessária nenhuma reflexão crítica por parte dos alunos, apenas a habilidade de decorar informações que posteriormente serão esquecidas. É preciso ter consciência que esta prática pedagógica atende à manutenção do atual modelo de sociedade, através da negação das implicações políticas da ciência geográfica. Quando Lacoste (1997) afirma que a função primordial da Geografia, enquanto ciência e conhecimento, serve para a realização

de atividades bélicas, significa principalmente que este é um conhecimento que se encontra sob o poder do Estado.

A máquina estatal detém os recursos necessários para as dispendiosas pesquisas acerca da topografia, dos recursos naturais e da organização espacial da sociedade. Todas essas pesquisas têm a finalidade de promover o total controle do Estado sobre a porção territorial que lhe diz respeito, englobando o espaço físico e humano. Muito antes da realização e possibilidades de defesa e ataque em conflitos internacionais, encontra-se a necessidade do controle interno estatal, prevenindo manifestações e golpes contra a representação do poder.

Contemporaneamente, o papel de agente gerenciador e controlador dos territórios pode ser atribuído, também, às grandes corporações, que possuem volume de capital significativo para investir em pesquisa e tecnologia. Além da máquina estatal, as organizações capitalistas de grande escala estão interessadas no controle dos recursos naturais que lhes interessam.

Levando esta problemática para a educação, parece não ser de interesse do Estado que a Geografia estimule o desenvolvimento crítico dos alunos. A Geografia da descrição e fragmentação está, muitas vezes, presente nos livros didáticos e, infelizmente, muitos professores utilizam-nos como objeto fundamental de sua práxis, realizando sua contribuição para o desprestígio da Geografia e cumprindo o papel da falsa neutralidade científica. A educação em Geografia ou em outras ciências, naturais ou sociais, atende sempre a um propósito definido. Pode-se perceber o caráter político da educação, segundo Freire:

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento (FREIRE, 2006, p. 110).

A Geografia consiste numa ciência que possui um objeto de estudo demasiado amplo, superando a mera descrição da superfície terrestre, como o próprio significado etimológico do seu nome pode nos remeter. O geógrafo, enquanto pesquisador ou educador deve ater-se às complexidades espaciais,

buscando compreender a realidade através de uma análise que envolva variáveis físico-ambientais, sociais, políticas e econômicas.

A análise sistêmica da Geografia busca compreender a realidade de uma forma mais ampla, fazendo a intersecção entre as variáveis citadas anteriormente. Um problema ambiental pode estar relacionado a uma prática social, determinada por uma ação política que, por sua vez, possui sua origem no âmbito econômico.

Os equívocos cometidos pela Geografia Tradicional devem-se, em grande parte, à análise demasiadamente empírica e acrítica da realidade. Dentro de uma perspectiva crítica, a Geografia insere-se como ciência e saber de intervenção social e política. Conforme Lacoste (1997), a ciência geográfica é uma prática social aplicada à superfície terrestre.

Ultrapassando as discussões e evoluções epistemológicas, a Geografia reconhece o seu papel como ciência e conhecimento sem neutralidades. Na prática pedagógica este fato fornece a possibilidade de análise, renovação e transformação da realidade educativa.

4. Problemas e a prática educativa

Na prática pedagógica em Geografia, percebe-se a idealização de uma disciplina descritiva e desinteressante por parte dos educandos. Essa realidade deve-se, principalmente, à forma com que esta ciência é exposta e trabalhada pelos educadores. Não é incomum que esta disciplina seja trabalhada como uma aula enciclopédica, com enumerações e descrições sobre o planeta Terra e a sociedade.

O pouco tempo disponibilizado para a disciplina, devido ao caráter secundário da Geografia dentro da escola, aliado a uma prática equivocada, faz com que o aprendizado seja precário. Muitas vezes, os professores destinam sua atenção a questões e abordagens irrelevantes. Decorar afluentes de rios, bem como capitais e produtos de exportação de diversos países não responde às questões mais profundas que estão engendradas na Geografia. Muito mais importante do que saber qual a capital do Cazaquistão, é compreender o motivo da existência deste país no mundo contemporâneo, fato que está relacionado a uma mudança radical no espaço geográfico mundial, principalmente no continente euro-asiático.

A última explanação leva a outra interessante questão: a relação intrínseca entre a Geografia e outras ciências sociais. Deve-se ter plena consciência, enquanto pesquisador e educador, que, embora a Geografia se apresente como uma ciência de totalidade, com um objeto de estudo amplo e compartilhado com diversas ciências, ela apresenta limitações. O espaço geográfico, principal objeto de estudo da Geografia, é determinado por fatores que tangem outras áreas do conhecimento. Toda transformação no espaço é determinada por fatores históricos, que muitas vezes estão relacionados às condições econômicas, que dependem de questões sociais, ambientais e culturais. Desse modo, fica clara a relação da ciência geográfica com a História, Economia, Ecologia, Sociologia e outras ciências, elucidando a interdisciplinaridade.

Um grave problema na prática pedagógica, que precisa ser abordado, é a manutenção da postura tradicional de alguns educadores. Deve-se compreender o significado do adjetivo tradicional de duas formas. Uma remete à própria abordagem e concepção de ciência por parte do educador e a outra a sua metodologia e prática pedagógica. O educador que adota uma postura de neutralidade em sala de aula, com a idéia equivocada de trabalhar um saber neutro aliado a uma práxis que não leva em consideração a realidade e o conhecimento prévio dos alunos é responsável, também, pelo descrédito da educação.

A assunção do caráter político da educação, em especial da disciplina de Geografia, parece andar lado a lado com uma prática pedagógica que envolva os educandos como participantes deste processo. Dessa forma, a adoção de uma postura coerente é imprescindível.

Freire (2006) afirma que educar não significa transferir um saber pronto e acabado, no qual o aluno se torna um mero receptor do conhecimento. Segundo Freire (1994), a educação é abordada de forma que o educador torna-se um narrador de um saber pronto, no qual o conhecimento é transferido aos educandos, de modo que estes somente absorvem o conteúdo trabalhado. Dentro desta perspectiva, quanto maior for o grau de transmissão – absorção do conhecimento, melhor será o resultado da atividade pedagógica. A dinâmica deste processo é elucidada de forma clara por Freire:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das

manifestações instrumentais da ideologia da opressão a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro.

O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca. (FREIRE, 1994, p. 33)

A concepção bancária, problematizada por Freire (1994), foi e ainda é uma abordagem presente no ambiente escolar. Percebem-se na prática pedagógica, quando tenta-se a substituição do modelo tradicional de transferência unilateral do conteúdo por um modelo problematizador, as várias seqüelas deixadas pela educação bancária. Os educandos, oprimidos pelos educadores tradicionais, têm extrema dificuldade para romper as barreiras que deixam do lado de fora do ambiente escolar toda sua bagagem de conhecimento e toda sua postura crítica perante os conteúdos trabalhados em sala de aula. Os estragos, causados em massa por um sistema educacional que visa a alienação dos alunos, podem ser percebidos pelo hábito de copiar textos prontos em vez de desenvolver uma opinião própria nas oportunidades oferecidas. A nota, mero algarismo matemático, continua sendo o principal objetivo e o divisor de água entre aqueles que “sabem” e os que “não sabem”.

Muitas vezes, no ensino de Geografia, priorizam-se conceitos que distorcem a realidade, como por exemplo, utilizar população em vez de sociedade. Este fato acaba por mascarar e homogeneizar aquilo que é totalmente heterogêneo. Para promover um melhor aprendizado, o educador em Geografia deve utilizar-se da aproximação da realidade, enfocando sempre aquilo que é mais palpável e perceptível aos alunos.

Conteúdos abordados pela disciplina de Geografia, como geomorfologia, hidrografia, clima, desenvolvimento e subdesenvolvimento, êxodo rural, entre outros, devem ser trazidos aos olhos dos alunos. Através do estudo local pode-se trabalhar a Geografia de forma mais concreta, saindo da abstração dos mapas e livros didáticos.

A escala local é aquela que pode ser explorada, percebida e, portanto, deve ser o ponto de partida para qualquer estudo ou pesquisa em Geografia. Partindo do pressuposto de que o professor assume que o seu ofício é um ato político e ideológico, percebe-se na prática pedagógica que a aproximação do conteúdo social

abordado nas aulas de Geografia com a realidade vivida pelos alunos concretiza o aprendizado. Numa cidade, por exemplo, observa-se uma disposição e organização espacial urbana que reflete a divisão da sociedade em classes. Em um país de contrastes sociais marcantes, como o Brasil, pode-se abordar a problemática do desenvolvimento e subdesenvolvimento de uma forma dinâmica e perceptível. Os alunos, no seu deslocamento cotidiano, podem observar a paisagem que revela as diferenças sociais. Eles podem perceber que, mesmo estando em um país subdesenvolvido, podem visualizar ilhas de desenvolvimento, que são representadas por bairros com edificações luxuosas, pavimentação de qualidade e saneamento básico integral. Este espaço onde a presença do capital o qualifica coexiste com o espaço desprezado por ele, onde a paisagem geográfica é completamente oposta. O educador deve instigar a curiosidade e a consciência crítica dos alunos, estimulando a observação do espaço geográfico local, que fornece os melhores exemplos dos graves problemas sociais existentes, como a péssima distribuição de renda proporcionada pelo modelo de capitalismo adotado no Brasil.

Os conteúdos englobados pela área físico-ambiental da ciência geográfica também não possuem a mínima neutralidade. Conforme foi exposto anteriormente, o mapeamento e detalhamento cartográfico dos recursos naturais de uma determinada região atende a uma necessidade do controle estatal e de poderosas corporações. O professor de Geografia deve abordar criticamente conteúdos inerentes à problemática climático-ambiental. Construções de usinas hidrelétricas, por exemplo, que são consideradas sinônimos de desenvolvimento econômico e de uma necessidade inegociável, trazem diversos impactos ambientais e sociais, os quais o educador deve estar ciente e pode promover uma debate com seus alunos. A discussão acerca do possível fenômeno de aquecimento global e alterações climáticas atuais pode ser um tema importante no que tange o objeto de estudo da Geografia Ambiental, elucidando de maneira crítica as reais causas e efeitos deste fenômeno, de maneira que pode-se estimular uma pesquisa em escala local para vislumbrar as suas reais dimensões, desmistificando discursos tendenciosos sem bases científicas.

5. Considerações finais

Não existem dúvidas quanto ao caráter político-ideológico da ciência geográfica. O educador pode assumir sua postura, contribuindo para a manutenção das estruturas sociais vigentes ou para sua transformação, conforme a ideologia a qual segue.

Conforme foi abordado anteriormente, o trabalho para transformar a prática pedagógica numa ação transformadora da sociedade não é tarefa fácil. É preciso um longo trabalho, que extrapola o âmbito pessoal do educador, sendo responsabilidade dos educadores e de todos aqueles que organizam o currículo e o espaço escolar.

A Geografia e a educação como um todo não são neutras. As suas ações provocarão reações no espaço e na sociedade. Conforme há de supor-se, não é de interesse de vários setores tradicionais e dominantes da sociedade que a educação seja uma prática transformadora, afinal, este fato fere e coloca em risco suas estruturas de dominação e manipulação sobre os menos favorecidos, que são a maioria da população. Há de se ressaltar, no entanto, que a educação é praticada e exercida pelos educadores e estes possuem autonomia considerável para realizar o processo de transformação na educação, concebendo este ato como uma intervenção política na sociedade.

A educação é uma intervenção social, que de acordo com a ideologia do educador, promove a estagnação ou a transformação da sociedade. É extremamente importante que os educadores tenham consciência de sua capacidade de influenciar e transformar. A prática pedagógica em Geografia ou outras disciplinas jamais é neutra.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 33 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Pequena História Crítica**. 12 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

LACOSTE, Yves. **A geografia. Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. 4 ed. Campinas: Editora Papyrus, 1997.